

FALE COM A GENTE!

Editor Marcelo Santos
E-mail economia@tribuna.com.br
Telefone 2102-7274

Na véspera do leilão, Petrobras cai na bolsa
As ações da Petrobras caíram ontem (1,27% na ON e 2,34% na PN). Pesou o temor dos investidores com o risco da Petrobras se afundar em dívidas e não atingir metas financeiras devido ao megaleilão.

ECONOMIA

Megaleilão define briga no pré-sal por US\$ 570 bi

Petroleiras disputam hoje quem vai produzir 10 bilhões de barris

MARCELO SANTOS

DA REDAÇÃO E DAS AGÊNCIAS

Considerada a maior disputa pública por campos de petróleo no mundo, o megaleilão do pré-sal será realizado hoje com expectativa de arrecadar no mínimo R\$ 106,6 bilhões. Desse total, R\$ 70 bilhões já estão garantidos, que serão pagos pela Petrobras. A estatal disse que vai participar sozinha ou em parceria para adquirir pelo menos duas áreas das quatro que estão na concorrência.

Esse valor supera a arrecadação do conjunto de 20 anos de leilões, de R\$ 60,4 bilhões. O megaleilão, organizado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), também é aguardado por estados, municípios e a própria União, ansiosos para obter recursos em tempos de baixa arrecadação.

A disputa engloba áreas de petróleo e gás natural localizadas na região do pré-sal. Essa região, que fica na Bacia de Santos, mas na área voltada ao Rio de Janeiro, é a que tem os campos mais nobres desde que a Petrobras perdeu o monopólio da produção, em 1997.

Em uma conta simples, os estimados 15 bilhões de barris (5 bilhões já cedidos à Petrobras e 10 bilhões em disputa), renderiam, com base no atual preço do barril de petróleo (WTI, do Texas), US\$ 570 bilhões (R\$ 2,276 trilhões).

Mais de dez petroleiras participam do leilão. Entre elas estão gigantes americanas e europeias, além de grupos do Oriente Médio e da Ásia (Malásia e China) e empresas privadas do Brasil de menor porte.

O QUE É CESSÃO ONEROSA

O contrato de Cessão Onerosa foi firmado em 2010 entre a União e a Petrobras para permitir a produção de 5 bilhões de barris equivalentes (petróleo mais gás contados em barris). A expressão cessão onerosa se explica pela área cedida à Petrobras, que terá que remunerar a União em contrapartida. Mas no final de 2013, a descoberta de volumes muito superiores aos contratados nas áreas pactuadas levou a União a reavaliar o contrato, buscando o aproveitamento desses recursos petrolíferos excedentes, estimados em 10 bilhões de barris. A partir

daí, deu início à revisão do contrato, que resultou, no Termo Aditivo ao Contrato da Cessão Onerosa. A principal mudança foi o fim da exclusividade da Petrobras, com a estatal enfrentando hoje no leilão outras grandes petroleiras. Como a Petrobras já tinha feito investimentos iniciais, como pesquisa e gastos com equipamentos, a empresa será remunerada em US\$ 9 bilhões (R\$ 36 bilhões), dinheiro que sairá do megaleilão. A Petrobras diz que usará esses recursos para participar da disputa, caso esteja nos blocos vencedores.

O esperado é que poucas empresas tenham cacife para participar da disputa e que se unam em consórcio para dividir custos e risco. Sem muita competição, o ágio deve ser baixo. Ainda assim, o êxito é certo, aposta o governo.

“Essa licitação tem características muito particulares. Com poucos atores de fôlego para ela, é natural que a disputa seja menos acirrada. Mas, vai ser um leilão de muito sucesso”, diz o diretor-geral da ANP, Décio Oddone.

QUATRO ÁREAS

O megaleilão vai contar com quatro áreas do pré-sal da Bacia de Santos - Búzios, Itapu, Itapu e Sépia. Juntas elas custam R\$ 106,5 bilhões apenas em bônus de assinatura, que vão entrar na caixa da União em pouco tempo.

No futuro, as vencedoras ainda vão ter que pagar outros compromissos bilionários. Um deles é um res-

sarcimento à União em forma de petróleo. Quem oferecer volume maior de petróleo vence a disputa.

A licitação envolve áreas excedentes da cessão onerosa. Em 2010, a União cedeu à Petrobras um reservatório gigantesco. Foram repassados 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe, que inclui óleo e gás).

Ao longo do tempo, a estatal descobriu que o reservatório era muito maior do que o volume ao qual tinha direito. É justamente esse excedente que vai ser leiloado hoje. Os mais otimistas projetam reservas até três vezes maiores do que as que estão com a Petrobras, podendo chegar a 15 bilhões de BOE.

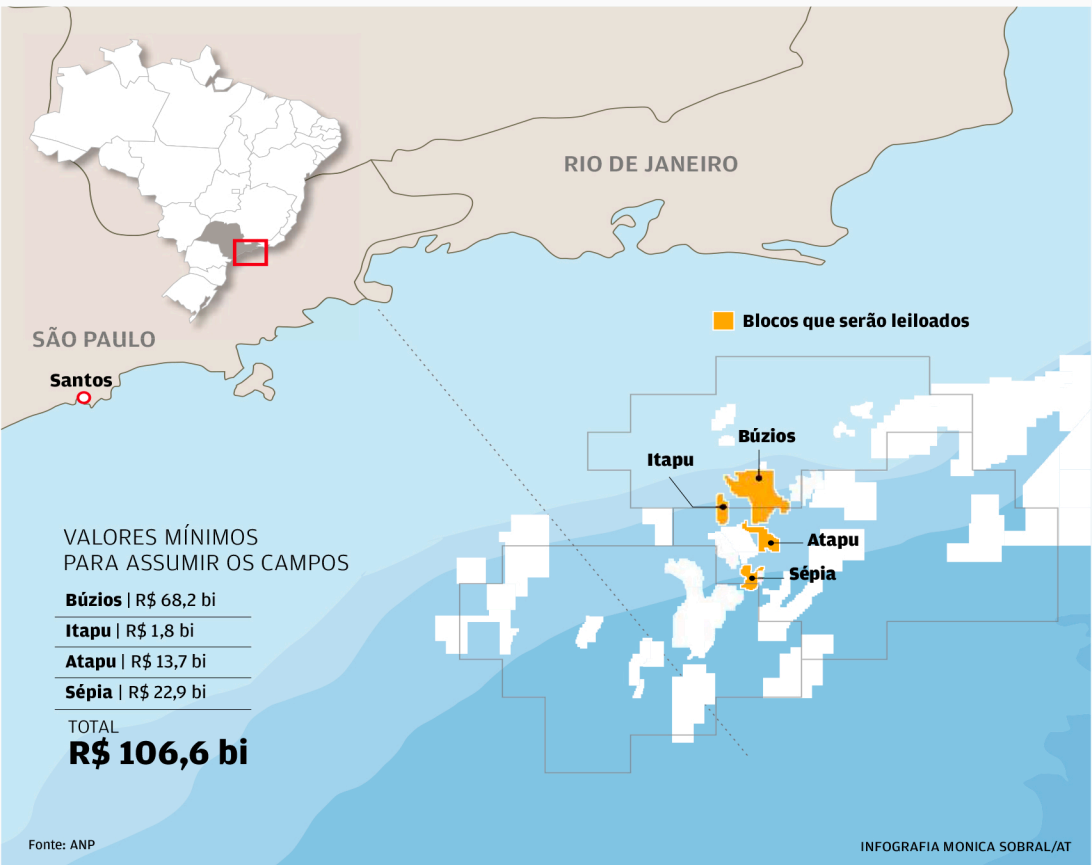
Outra aposta é que onde a Petrobras não estiver, o investimento será mais arriscado (a estatal quer Itapu e Búzios). Primeiro porque a empresa já explorou cada um dos campos e se optou por não concorrer por eles é porque têm menos valor. (Estadão Conteúdo)



ANDRÉ RIBEIRO/PETROBRAS - 20/4/18

P-74 no campo de Búzios: Petrobras leva vantagem sobre concorrentes por conhecer áreas sob disputa

BATALHA EM ALTO-MAR



Revisão de lei uniu Congresso e governo

Para viabilizar o leilão, o governo empreendeu esforço de guerra no Congresso para mudar a legislação e evitar brechas para brigas na Justiça (veja matéria ao lado). Com possibilidade de bilhões de reais para o caixa vazio de prefeituras e governos estaduais, o Congresso votou o tema a jato.

As brigas de percentuais quase inviabilizaram a votação, mas o acordo acabou selado entre os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o ministro da Economia Paulo Guedes.

Dos R\$ 106,6 bilhões esperados, R\$ 33,6 bilhões vão direto para a Petrobras em contrapartida às pesquisas e investimentos que a estatal já fez quando era a

única operadora protegida por lei desde 2010. Portanto, sobram R\$ 72,8 bilhões para serem distribuídos entre União, estados e municípios. Ou mais que isso se houver disputa acirrada e as empresas vencedoras pagarem mais que o mínimo

exigido pelo governo.

Pelo acordo, o Governo Federal se compromete a dar 3% de sua parte – de 70% dos R\$ 72,8 bilhões – a estados produtores, no caso, o Rio de Janeiro, onde estão os blocos que serão explorados. A Baixada San-

ROMBO NAS CIDADES

11

bilhões

de reais dos R\$ 106 bilhões do megaleilão serão destinados às prefeituras. Valor idêntico será repassado aos estados. A União ficará com R\$ 49 bilhões

70

por cento

dos municípios brasileiros estão com as contas no vermelho, segundo o senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Há prefeituras sem dinheiro para merenda escolar

Ação dos petroleiros: juíza sinaliza que haverá leilão, mas cobra União

tista terá participação quando houver produção, considerando a movimentação de navios e o transporte dos gás nos dutos interligados.

A fatia da União fica em 67%, municípios com 15% e estados com 15%, sendo que Rio de Janeiro vai ganhar 3%, ou R\$ 2,1 bilhões a mais.

“Para o Rio de Janeiro, os 3% adicionais representam recursos importantes para recuperar a situação fiscal do estado. Vão dar um respiro a mais. Estamos ajudando a salvar o estado”, afirmou o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

O caso abriu a discussão do pacto federativo, que é a melhor distribuição dos recursos públicos, hoje concentrados na União. (Agência Senado)

A juíza da 26ª Vara Federal de São Paulo, Silvia Figueiredo Marques, intimou a União a se manifestar sobre o pedido liminar de petroleiros que busca barrar o megaleilão do pré-sal no Rio de Janeiro.

A ação foi movida por um grupo de petroleiros e encaminhada no último dia 30.

No despacho, a juíza diz que “a simples realização do leilão não acarretará prejuízo. Por outro lado, a suspensão do mesmo, neste momento, poderia causar dano, inclusive à própria imagem do país”. A decisão, de 4 de novembro, às 16h27, dava um prazo de 72 horas para a manifestação.

Por se tratar de uma ação popular, a juíza federal determina que os autos sejam enviados ao Ministério Pú-

blico Federal.

A petição enviada à Justiça Federal de São Paulo fala em danos ao patrimônio público e falta de suporte legal ao leilão.

Segundo os autores, a Lei de Cessão Onerosa e a Lei 12.351, marco do pré-sal, não tratam da entrada de novas empresas nas áreas cedidas à Petrobras em 2010.

Os petroleiros ressaltam que o contrato de cessão onerosa foi criado para capitalizar a Petrobras e que não prevê a transferência de participação em ativos a outras empresas. Segundo o texto, também não há aval para a licitação de blocos coincidentes com campos já declarados comerciais sob esse regime. (EC)